

Brasília-DF, 16 de novembro de 2009.

Greve já prejudica a emissão de carteira de trabalho

JOSIAS DE SOUZA – FOLHA DE S. PAULO

O Ministério do Trabalho não se entende com os seus trabalhadores. Neste sábado, completa dez dias a greve dos servidores administrativos da pasta.

A paralisação, que começara tímida, esprija-se pelo país. O sindicato da categoria estima que, nos próximos dias, servidores de 22 Estados terão cruzado os braços.

A greve já começa a afetar dois “balcões” essenciais ao trabalhador. Num deles, emite-se a carteira de trabalho. Noutro, pede-se o seguro desemprego.

Na última quarta (11), o ministro Carlos Lupi (Trabalho) recebeu representantes das principais sindicais do país. As entidades promoviam uma marcha, em Brasília.

Ao final da reunião, Lupi reiterou o apoio a uma das principais reivindicações das centrais:

“Sou favorável à redução da jornada. Todos os países evoluídos do mundo já praticam isso...”

“...É bom inclusive para o empresário, porque o trabalhador produz melhor, fica um pouco mais de tempo com sua família”.

Pois bem. Uma das exigências dos grevistas da pasta de Lupi é justamente a redução da jornada semanal para 30 horas. Sem poda de salários.

Pedem também um plano de carreira exclusivo para o ministério, melhoria nas condições de trabalho e reforço de pessoal.

Pródigo na defesa dos direitos dos trabalhadores dos outros, Lupi ainda não abriu canal de negociação com os servidores sob sua direção.

Em alguns Estados, o ministério começa a impor aos grevistas os rigores da lei. Foi o que se deu, por exemplo, em Alagoas.

A superintendência alagoana do Ministério do Trabalho foi ao Judiciário. Obteve uma liminar.

Obriga os grevistas a liberar o acesso à superintendência e a manter em atividade 30% dos servidores lotados nos setores de atendimento ao público.

Na petição, preparada pela Advocacia Geral da União, o ministério requer autorização para convocar a PM local. Cuidaria da proteção do prédio da superintendência.

Para daqui, reprime dali, a pasta gerida por Lupi converte-se numa espécie de casa de ferreiro com espetos de pau.

O espetado, obviamente, é o trabalhador brasileiro que tem a desventura de precisar dos serviços do Ministério do Trabalho.

Por causa da greve, é preciso atenção ao dar entrada no seguro-desemprego

Se houver erros cadastrais, o pedido será indeferido. Nesse caso o trabalhador terá que entrar com recurso. Porém, o recurso apenas pode ser protocolado na Superintendência Regional do Trabalho e o serviço não está sendo feito por causa da greve

Fernanda Leitóles - RPC

O trabalhador que precisar dar entrada no seguro-desemprego precisa ter atenção redobrada no momento em que for dar entrada no pedido do benefício nas Agências do Trabalhador. Caso haja algum erro, a liberação pode atrasar por causa da greve. Em Curitiba, o pedido poder ser feito na Agência do Trabalhador, na Rua Pedro Ivo, 750, no Centro, ou nas agências que foram municipalizadas e ficam nas Ruas da Cidadania.

Se houver erros cadastrais, divergência de informações ou dados incompletos o pedido será indeferido. Nesse caso o trabalhador terá que entrar com recurso. Porém, o recurso apenas pode ser protocolado na Superintendência Regional do Trabalho (na capital) e o serviço não está sendo feito por causa da greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No caso de não existirem problemas, o benefício é liberado em 30 dias, de acordo com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (Setp). Entretanto, se for necessário entrar com recurso pode demorar entre 80 e 120 dias, de acordo com a Secretaria Municipal do Trabalho. Já o Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Paraná (SindPrevs-PR) afirmou que, normalmente, a liberação do benefício pode demorar até 120 dias e se houver recurso o tempo de espera sobe para até 180 dias.

De acordo com a técnica da coordenaria do programa de seguro-desemprego da Setp, Fátima Regina Martins Siqueira, a greve não deve afetar o trabalhador que precisa dar entrada no benefício, pois 87% dos pedidos do Paraná são feitos nas agências do trabalhador, e apenas 13% são feitos na superintendência e nas delegacias regionais do trabalho.

Fátima disse também que até o momento não houve aumento da procura nas Agências do Trabalhador. Cerca de 40 mil pedidos de seguro-desemprego são feitos nos meses de pico em todo o Paraná.

O trabalhador pode obter informações sobre o andamento da liberação do seguro-desemprego através do telefone 0800-643-5544. Os empregadores também podem tirar dúvidas sobre o benefício nesse número.

Greve

De acordo com o SindPrevs-PR, a adesão ao movimento é de 97% dos 200 servidores do Paraná. Ainda não houve nenhuma reunião de negociações com o governo federal e a greve continua por tempo indeterminado. Além do Paraná, outros 17 estados e o Distrito Federal também estão em greve.

Na terça-feira (17) o sindicato fará uma reunião plenária para escolher os dois delegados que representarão o estado no Comando Nacional. Esse comando deverá pressionar o governo federal para que haja uma definição sobre o movimento.

Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial; implementação de um plano de carreira específico; melhoria nas condições de trabalho; jornada de trabalho de 12 horas, dividida em dois turnos de seis horas; que os candidatos aprovados no último concurso público sejam chamados; e que não haja perdas salariais no momento da aposentadoria.